BNCC COMENTADA PARA O ENSINO MÉDIO

Competência específica 6 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica da BNCC

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Comentário sobre a competência específica da BNCC

A competência 6 trata do protagonismo do aluno no debate público com autonomia, responsabilidade e consciência crítica, fornecendo-lhe, para isso, um instrumental teórico e conceitual contextualizado que lhe permita compreender, posicionar-se e intervir nas discussões coletivas, de modo democrático, responsável, crítico e autônomo, respeitando a diversidade de opiniões com objetivo de exercer a cidadania e fortalecer seu próprio Projeto de Vida. Os temas trabalhados pelas habilidades dessa competência fortalecem e contribuem para o desenvolvimento da Competência Geral 6 – Trabalho e Projeto de Vida, uma vez que auxilia o estudante a entender o mundo e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu Projeto de Vida. Eles também aludem à Competência Geral 10 no desenvolvimento da responsabilidade e cidadania dos estudantes, permitindo o trabalho com resolução de problemas para tomada de decisão de forma consciente, colaborativa e responsável.

Habilidades da BNCC vinculadas à competência específica	Comentários sobre as habilidades da BNCC	Objetos do conhecimento	Componentes comentam a habilidade	Exemplo de objetivos de aprendizagem	Possibilidades para o currículo
EM13CHS601 **Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.**	Essa habilidade refere-se à questão indígena e afrodescendente no Brasil e na América Latina sob três aspectos: origens históricas, exclusão e inclusão precária dessas populações às sociedades atuais e as demandas políticas, sociais e culturais desses povos. Para tanto, é necessário reconhecer as políticas de cotas raciais, demarcação de terras indígenas e quilombolas como ações reparadoras aos danos provocados pelos processos de organização do território brasileiro aos povos indígenas e afrodescendentes, e, compreender o papel dessas políticas públicas para a formação histórica dos povos americanos e o atual contexto social e econômico vivido por esses grupos. A habilidade permite comparar distintos contextos espaciais e temporais para analisar os processos históricos e geográficos.	Diáspora africana e seus efeitos na formação das sociedades latino-americanas. Populações indígenas no Brasil: colonização, escravidão, políticas de embranquecimento e terras indígenas. Desigualdade, exclusão e direitos: os distintos aspectos da sociabilidade e da cidadania. Território e identidade: a territorialização de grupos indígenas e afrodescendentes. Equidade social: políticas redistributivas, ações afirmativas e políticas de cotas.”	A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao refletir e discutir as políticas institucionais de embranquecimento da população no Brasil e na América Latina; o processo de constituição da República e a política de direitos; e a redistribuição de renda e diminuição da desigualdade social no Brasil. A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade analisando o sentido de cidadania e de sociabilidade frente às questões históricas e aos problemas atuais. A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao abordar os impactos da conquista e ocupação da América para os povos indígenas, o tráfico de escravizados, a tutela dos povos indígenas, a violência sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas e a imprensa negra como elemento de resistência e superação das discriminações. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade analisando dados socioeconômicos que revelam as contradições das relações socioespaciais atuais dos grupos indígenas e afrodescendentes do Brasil e da América Latina.	Reconhecer os povos originários a partir de seu modo de vida e hábitos culturais. Discutir políticas de ações afirmativas e cotas a partir das populações vulneráveis no Brasil e na América Latina. Analisar o processo de formação do território brasileiro e latino-americano: escravidão, segregação e vulnerabilidade. Compreender o processo de construção da cidadania no Brasil e o papel do Estado e da sociedade. Identificar a desigualdade no acesso a diferentes tipos de direitos e as questões territoriais e identitárias dos grupos indígenas e afrodescendentes, comparando dados socioeconômicos da população brasileira e latino-americana e reconhecendo a fragilidade social de alguns grupos em espaços urbanos e rurais.	É possível desenvolver um ensino por investigação integrado entre História, Geografia, Filosofia e Sociologia, com o fim de analisar as tensões socioespaciais vividas pelos povos originários, favorecendo aos estudantes a elaboração de posicionamentos críticos em relação às políticas atuais para a inclusão desses grupos, conforme previsto nas Competências Gerais 1 e 10. Também sugere-se promover um fórum interdisciplinar com a Língua Portuguesa e as Ciências Humanas para debater o Convênio sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT (1989) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) para fundamentar uma pauta em defesa dos povos indígenas e afrodescendentes. Outra possibilidade é criar painéis com infográficos dos povos indígenas e afrodescendentes na América Latina, relacionando-os com as informações sobre acesso aos direitos básicos. Também é interessante apresentar outras formas de políticas de ações afirmativas no Brasil (para deficientes, mulheres etc.) e no mundo (África do Sul, EUA etc.).

EM13CHS602 **Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.**	Essa habilidade implica compreender as características do paternalismo, do autoritarismo e do populismo no Brasil e na América Latina; relacionar a organização político-social em diferentes contextos, investigando o incentivo à autonomia, à liberdade, ao diálogo e à promoção da cidadania no Brasil e na América Latina; reconhecer o papel das mobilizações sociais no reordenamento político do Estado e na geopolítica das fronteiras; e refletir sobre a opressão, repressão e desigualdade contra determinados grupos étnicos e/ou sociais.	Paternalismo, autoritarismo e populismo: conceituação, origens e características no Brasil e na América Latina. O patriarcalismo, o coronelismo e o clientelismo na formação da sociedade brasileira. Divergências entre países latino-americanos: os conflitos territoriais nas fronteiras entre os países e as migrações entre os países latino-americanos. Política, poder e Estado: ordem político-social, instituições e funcionamento das regulações e leis, em contexto histórico e filosófico. Populismo, clientelismo e instituições político-partidárias: o assistencialismo e a cidadania negada.	A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade abordando a relação entre público e privado, a utilização do poder político para fins individuais com privilégios a grupos ou classes sociais, o papel e a atuação política em respeito à lei e à democracia, a função dos partidos políticos e dos órgãos do poder político e a relação entre a sociedade e o Estado. A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao reconhecer o patriarcalismo, o coronelismo e o clientelismo na formação da sociedade brasileira e latino-americana e ao abordar os governos populistas no Brasil, na Argentina, no México, na Bolívia e no Equador. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade refletindo sobre as questões fronteiriças na América Latina e as divergências territoriais entre países, por exemplo, Colômbia e Venezuela, Chile e Bolívia, Inglaterra e Argentina, entre outras. A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade por meio da argumentação crítica, com a reflexão sobre conceitos e valores da política, do Estado e da ética nos espaços públicos e privados.	Compreender que o autoritarismo é intrínseco ao paternalismo e ao populismo e que atrelados a eles estão outros mecanismos de poder, como o patriarcalismo, o coronelismo, o mandonismo, o clientelismo e o caudilhismo. Investigar as questões territoriais fronteiriças na América Latina para compreender as divergências políticas, históricas e geográficas que envolvem países latino-americanos. Relacionar o populismo brasileiro com outros casos latino-americanos. Reconhecer que o autoritarismo está presente em ditaduras e democracias e que o líder populista autoritário pode chegar ao poder pelo golpe ou pelo voto.	Uma reflexão integrada em formato de mesa redonda, seminário ou debate pode promover problematizações a partir das situações atuais de disputais territoriais na América Latina, que permitam pensar sobre a sociedade e o papel do Estado no uso do território, considerando a multiplicidade de grupos e interesses. O estudo por investigação pode ser feito a partir de casos como o da faixa costeira entre Chile, Bolívia e Peru, que disputam a soberania de território há muitos anos, ou o caso de Honduras, Nicarágua e El Salvador, que disputam a fixação dos limites fronteiriços no golfo do Fonseca. O estudo da geopolítica na América Latina contribui com o Projeto de Vida dos estudantes no sentido de qualificá-los para as questões políticas mundiais. Compreender os conflitos territoriais é fundamental para se tornar um cidadão mais consciente e engajado. Assegurar que os estudantes apresentem argumentos críticos sobre a geopolítica latino-americana e o reordenamento territorial pode garantir que eles compreendam a importância da Competência Geral 10.
EM13CHS603 **Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).**	Essa habilidade implica compreender os conceitos basilares da Filosofia, Geografia e Política, pelos quais é possível classificar práticas e formas de organização do poder e da administração política da sociedade. Neste sentido, busca-se habilitar o estudante a entender os principais componentes do processo político e de organização do Estado em diferenças escalas e distintos contextos temporais.	Os sentidos histórico-filosóficos de poder, política, Estado e governo. Formas de governo: república, monarquia e anarquismo. Regimes de governo: democrático, autoritário e totalitário; e sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo. Doutrinas políticas: liberalismo, neoliberalismo, socialismo, comunismo, anarquismo, socialdemocracia, conservadorismo e progressismo. Soberania nacional e a esfera pública e privada.	A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao abordar a formação do Estado na Antiguidade, as monarquias e os diferentes absolutismos, o Estado liberal burguês, o Estado Moderno, o Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo, o Estado autoritário na América Latina e as democracias contemporâneas. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade abordando conceitos e situações didáticas da Geografia Política: soberania nacional, conflitos territoriais étnicos e culturais e a pluralidade social dos Estados Nacionais contemporâneos. A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao dialogar com a Ciência Política acerca da disputa, conquista e organização da administração do poder político, abordando as relações estabelecidas internamente entre os diferentes órgãos do poder com o conjunto da população. A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao apresentar as diferentes perspectivas de poder, política, Estado e governo para pensar a pluralidade da realidade social.	Compreender, diferenciar e aplicar os conceitos políticos de poder, política, Estado e governo. Conhecer as múltiplas combinações de doutrinas políticas, formas, regimes e sistemas de governo no mundo contemporâneo. Comparar diferentes conflitos territoriais buscando identificar as possibilidades e limites dos Estados Nacionais diante da diversidade sociocultural dos grupos que os constituem. Compreender os sistemas de governo e refletir sobre os diferentes modos de organização e divisão interna dos poderes. Analisar os pressupostos e as implicações de natureza histórico-sociais inscritas no desenvolvimento contemporâneo do capitalismo.	O uso de metodologias ativas, como rotações de estações a partir dos países Brasil, Estados Unidos, China, França, Cuba, Reino Unido, Índia e Irã, permitirá ao estudante conhecer informações geográficas, sociológicas e históricas relativas a doutrinas políticas, dados socioeconômicos e políticos, regimes e sistemas de governo de cada país. Cada estação pode conter as características de cada país para que se possa comparar, relacionar e diferenciar. Os estudantes poderão construir gráficos, mapas e tabelas que revelem as semelhanças e diferenças entre os países. Ao final, sugere-se conduzir um debate em busca da compreensão de cada um sobre os conceitos apreendidos, com a análise de cada país estudado frente às questões relativas à soberania nacional e à organização dos governos. Esse estudo contribui para o incremento da Competência Geral 10, visto que auxilia o estudante a tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos e responsáveis.

EM13CHS604 **Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.**	Essa habilidade implica reconhecer a relação entre lugar, território, Estado Nacional e a ação de organismos internacionais, como a ONU, a OMC, OMS e o FMI, a fim de permitir que o estudante compreenda sua atuação; analisar as conexões e conflitos entre as sociedades, as dinâmicas sociais e as relações entre estados; e identificar a função e a atuação dos principais organismos internacionais frente aos blocos de integração econômica.	A função e as formas de atuação de organismos internacionais: ONU, FMI, Conselho de Segurança, OMC, OIT, OMS, UNESCO. A relação dos organismos internacionais e os blocos de integração econômica mundiais. Estados Nacionais e governança global: dos aspectos filosóficos e históricos até a conjuntura atual. Os tratados internacionais, o Sistema de Vestfália e seus limites na forma de atuação. A economia globalizada a partir das ações de organismos internacionais como FMI, OMC e Banco Mundial.	A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao tratar das relações entre Estados e organismos internacionais, investigando as negociações entre os Estados, os problemas relativos as fronteiras, os acordos firmados para mediar conflitos e a questão dos organismos internacionais e a globalização após o Tratado de Vestfália. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao abordar o papel das organizações internacionais na elaboração e regulação de normas e acordos entre países, considerando as tensões entre interesses globais e locais. A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao abordar a atuação dos organismos internacionais no contexto da Guerra Fria, nas ações da OTAN sobre o Iraque (2003), a Líbia (2011) e a Síria (2013) e na questão dos movimentos migratórios transnacionais. A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade com a análise crítica dos conceitos relativos aos valores éticos na política e na economia.	Analisar a ação da ONU frente aos conflitos na Síria, Líbia e Egito e o crescimento de refugiados no mundo. Analisar o papel dos organismos internacionais frente às condições de trabalho em países emergentes. Compreender os limites de atuação dos Estados no cenário internacional e o papel dos organismos internacionais nas relações geopolíticas mundiais. Identificar os princípios de atuação dos Estados no cenário internacional e refletir sobre os conflitos e a necessidade de mediações entre os interesses nacionais. Compreender as relações comerciais e de produção dos setores econômicos e o papel de regulação dos organismos internacionais com destaque para a OMC, OIT e FAO.	Situações geopolíticas, na escala mundial, podem estar ao alcance da sala de aula a partir de metodologias ativas que envolvam o estudante na investigação sobre o papel e a contribuição de organismos internacionais a partir de indicadores socioeconômicos de diminuição da pobreza, segurança alimentar, saneamento básico, saúde, mortalidade infantil, saúde da mulher, a distribuição equitativa das riquezas, entre outros casos, e também indicadores que revelam a economia global e a distribuição de riquezas. Um fórum de debates sobre temas que estão presentes na pauta do Conselho de Segurança da ONU pode permitir que os estudantes compreendam o sentido e a importância desses organismos internacionais e expressem visão crítica sobre a situação mundial e o papel dos organismos internacionais. O estudo da geopolítica favorece o exercício da Competência Geral 9, que se refere a resolução de conflitos e cooperação, promovendo no estudante o reconhecimento da importância de respeitar o outro e os Direitos Humanos.
EM13CHS605 **Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.**	Essa habilidade implica conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e identificar em seus artigos os princípios de justiça, igualdade, fraternidade e liberdade. Implica, ainda, identificar situações de violação de Direitos Humanos no Brasil e no mundo relacionados à falta de democracia, justiça social, liberdade e igualdade; e identificar as condições dignas de vida considerando a falta de alimentação, água potável, moradia e trabalho etc. O estudo dessa habilidade pode oportunizar ao estudante compreender os espaços de vivência e o protagonismo dos jovens na sociedade contemporânea. Em especial, tem-se como horizonte que o estudante consiga refletir sobre os princípios e diretrizes dos Direitos Humanos na sociabilidade na qual se encontra situado.	Histórico de criação e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. As questões relativas aos Direitos Humanos e a desigualdade social e territorial. Redes globais e fluxos financeiros e a relação com a vulnerabilidade social e as desigualdades territoriais. Os princípios de justiça, igualdade, fraternidade e liberdade a partir do enfoque dos Direitos Humanos sobre a saúde, educação, trabalho e vida digna. A questão da cidadania e o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.	A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade propondo a compreensão dos princípios de justiça, igualdade, fraternidade, liberdade e direitos a partir do enfoque da cidadania e do direito do ser humano de ser reconhecido como pessoa em qualquer lugar. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade analisando situações de violação dos direitos humanos a partir da identificação das características socioeconômicas dos lugares, de modo a reconhecer a vinculação entre fragilidade social e territorial de distintos grupos e a propensão a submissão e a condições de violação de direitos. A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao reconhecer situações de violação dos Direitos Humanos, como o regime de apartheid na África do Sul, as leis segregacionistas dos Estados Unidos e as violações dos Direitos Humanos praticadas pelas ditaduras em diferentes lugares do mundo. A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao discutir o tema dos Direitos Humanos, do enfrentamento das desigualdades sociais e da promoção do protagonismo juvenil.	Elaborar mapas temáticos que expressem dados relativos à violação dos Direitos Humanos básicos e à vulnerabilidade territorial e social (como acesso a educação, condições dignas de moradia, falta de acesso a saúde e violência física e psicológica), em diferentes lugares. Problematizar os princípios universais dos Direitos Humanos, considerando a diversidade de sociedades, povos e culturas no mundo. Compreender a Declaração Universal dos Direitos Humanos e avaliar os princípios e os direitos previstos no documento.	Os diferentes componentes da área podem problematizar uma situação que revele a desigualdade socioespacial, como a dos refugiados na Europa e dos imigrantes latino-americanos, entre outros, para que possa ser analisado o evento buscando compreender as causas e refletindo sobre as consequências a partir da integração com os componentes, considerando no debate com os estudantes a dimensão ética, a justiça e os Direitos Humanos. Esse projeto pode ser feito em integração com a Língua Portuguesa, a Geografia, a Sociologia e a História ao analisar a desigualdade socioespacial dos imigrantes e relacioná-la aos preconceitos de raça, gênero, classe social, lugar de residência e intolerância religiosa a que esses grupos são submetidos. É interessante debater coletivamente as características desses grupos vulneráveis a fim de permitir que os estudantes gradualmente consigam elaborar argumentações e reflexões críticas que contribuam para seu protagonismo juvenil, responsabilidade cidadã e autonomia.

EM13CHS606 **Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.**	Essa habilidade implica reconhecer as características socioeconômicas da sociedade brasileira; investigar diferentes situações-problema a partir de dados de fontes oficiais, midiáticas, gráficas e cartográficas; refletir sobre os problemas que acentuam as desigualdades socioespaciais; compreender as contradições sociais, decorrentes de diferentes sistemas econômicos, que configuram as sociedades contemporânea; investigar a inserção da juventude brasileira em múltiplos contextos socioeconômicos, de modo que ocorra a identificação do estudante com determinados setores; e propor medidas de enfrentamento aos problemas sociais, promovendo a empatia dos estudantes para os problemas sociais.	Mapa das desigualdades sociais no Brasil e os indicadores de emprego, trabalho e renda (Pnad, IBGE e Ipea). Políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil em diferentes escalas regionais: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Sul. As condições de geração de renda, sobretudo da população jovem, diante das atuais configurações de trabalho, emprego e empreendedorismo. A produção de riquezas no Brasil, a distribuição de renda e as condições de existência de indígenas, mulheres, quilombolas, camponeses, escravos, populações ribeirinhas, população rural e urbana, em diferentes tempos e espaços.	A Filosofia contribui no desenvolvimento dessa habilidade debatendo a relação entre livre pensar, emancipação social frente às imposições religiosas, as diferentes formas de democracia e as condições de cidadania na atualidade. A Geografia contribui no desenvolvimento dessa habilidade analisando as contradições, conflitos e formas de convívio entre diferentes situações geográficas urbanas: vilas, favelas, ocupações urbanas, áreas planejadas. A História contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao analisar a condição de distintos grupos sociais frente aos modos de produção e distribuição de riquezas, em diferentes contextos temporais. A Sociologia contribui no desenvolvimento dessa habilidade ao discutir os recentes movimentos sociais no Brasil e no mundo, destacando o protagonismo juvenil.	Reconhecer as causas históricas e socioespaciais que contribuem para as situações de desigualdade e contradições intra e entre regiões brasileiras. Compreender demandas e necessidades de cada região do Brasil, considerando diferentes extratos da população – crianças, jovens, adultos e idosos. Comparar e analisar diferentes indicadores que caracterizam a sociedade brasileira, como população, educação, trabalho e rendimento. Discutir a importância dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade brasileira, considerando suas características, com vistas à construção de empatia e respeito às pessoas e entre diferentes grupos. Refletir sobre a produção de riquezas e distribuição de renda no Brasil.	A integração entre os componentes da área e a matemática pode favorecer o desenvolvimento de um projeto que analise as desigualdades socioespaciais regionais no Brasil a partir dos dados da PNAD. Os diferentes componentes da área podem problematizar uma situação que revele a desigualdade socioespacial de diferentes grupos, como os indígenas, quilombolas, populações em situações de rua, ribeirinhos, entre outros, para que possa ser analisada as causas das contradições sociais, as características socioeconômicas da sociedade brasileira e as implicações no espaço geográfico a partir da divisão regional. A dimensão ética, a justiça e os Direitos Humanos podem ser relacionados aos preconceitos de raça, gênero, classe social e lugar de residência a que esses grupos são submetidos. É interessante debater coletivamente as características desses grupos vulneráveis a fim de permitir que o estudante gradualmente consiga elaborar argumentações e reflexões críticas que contribuam para a formação da responsabilidade cidadã e que promovam o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia com os diferentes grupos sociais que formam a sociedade brasileira.

Produção de Conhecimento
Carolina Machado – Coordenadora da área de Ciências Humanas
Felipe Tarábola – Especialista de Sociologia
Joelza Domingues – Especialista de História
Sabina Maura – Especialista de Filosofia
Valéria Roque – Especialista de Geografia

Leituras críticas
Coordenação e equipe de redatores de Ciências Humanas do currículo do Ensino Médio do Mato Grosso
Paulo Emílio de Castro Andrade – Especialista em Juventude, Projetos de Vida e Metodologias Ativas de Aprendizagem.
Sônia Castellar – Especialista de Ciências Humanas

© 2020. Instituto Reúna. BNCC Comentada para o Ensino Médio. Todos os direitos reservados.
Os direitos autorais e de propriedade intelectual são de propriedade exclusiva do Instituto Reúna, estando protegidos pelas leis e tratados internacionais, vedada sua cópia e reprodução para fins comerciais, ficando os infratores sujeitos às sanções civis e criminais correspondentes, nos termos das Leis nºs 9.279/96, 9.609/98 e 9.610/98. O usuário poderá utilizar os conteúdos disponibilizados pelo Instituto Reúna, desde que o uso seja para fins não comerciais e desde que seja devidamente indicada a autoria, a fonte e o logotipo do Instituto Reúna, sendo vedada a alteração e a comercialização dos referidos conteúdos, sem a prévia e expressa autorização do Instituto Reúna.